

ESTUDOS DO LAZER E GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO***Recebido em:** 22/02/2011**Aceito em:** 25/09/2011*Christianne Luce Gomes***

UFMG/CNPq/Fapemig

Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

RESUMO: Este artigo objetiva analisar a temática do lazer na perspectiva da geopolítica do conhecimento. Considerando que o espaço físico é um espaço político e social repleto de dimensões simbólicas, na dinâmica global os estudiosos latino-americanos ocupam, geralmente, a posição de receptores/consumidores dos conhecimentos produzidos em outras partes do mundo, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, disseminando-os como se as teorias e conceitos fossem universais. O conhecimento produzido em diferentes países pode ser útil e necessário para pensar o lazer em nosso contexto, mas, os saberes não devem ser tratados como neutros e universais, nem serem assumidos e incorporados de forma descontextualizada e destituída de um posicionamento crítico quanto a sua validade e pertinência.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Conhecimento. América Latina.

LEISURE STUDIES AND GEOPOLITICS OF KNOWLEDGE

ABSTRACT: This article aims to analyze the theme of leisure in the perspective of geopolitics of knowledge. Whereas the physical space is a political and social space filled with symbolic dimensions, in the global dynamics the Latin Americans scholars occupy the position of receivers/consumers of knowledge about leisure produced in other parts of the world, mainly in European countries and the United States, disseminating them as if the adopted theories and concepts were universal. The knowledge produced in different countries can be useful and necessary to help in the process of thinking leisure in our context, but the knowledge should not be treated as universal, nor be assumed and incorporated in a decontextualized manner and without a critical position.

KEYWORDS: Leisure Activities. Knowledge. Latin America.

* Este texto integra a análise dos dados da pesquisa “Formação de Recursos Humanos para área do Lazer na América Latina”. Esta pesquisa está em andamento e conta com o apoio do CNPq, Fapemig e Ministério do Esporte.

** Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora da Fapemig e Líder do Grupo de pesquisa OTIUM: Lazer, Brasil & América Latina (CNPq/UFMG). E-mail: chrislucegomes@gmail.com

Considerações Preliminares

O objetivo deste artigo é analisar o lazer na perspectiva da geopolítica do conhecimento, ressaltando alguns fundamentos que influenciam os estudos sobre essa temática e procurando situar o debate no contexto latino-americano.

Na dinâmica global, frequentemente o espaço físico é naturalizado e descontextualizado em nome da suposta universalidade contida no processo de produção de conhecimentos. Por isso é importante compreender que o espaço geográfico em que atuamos como estudiosos e pesquisadores do lazer não é somente um espaço físico. Trata-se de um espaço político e social repleto de dimensões simbólicas que se materializam, culturalmente, no cotidiano de nossas percepções, imaginários sociais, identidades, subjetividades, sentimentos, atitudes, visões de mundo, projetos políticos de sociedade, construções intelectuais e modos de intervir em cada contexto. Tudo isso é permeado por complexas interações entre o local e global que são realizadas, pelos sujeitos, na multidimensionalidade do espaço geopolítico mundial.

Todo conhecimento está marcado geo-historicamente, reforçando valores condizentes com as peculiaridades locais do contexto em que é produzido. Dessa forma, o processo de produção de conhecimento envolve representações da realidade que são influenciadas por diversos elementos: compreensões de ser humano, de sociedade e de natureza; valores, princípios éticos e morais, etc. Por isso, a universalidade constitui não somente uma pretensão, mas, uma falácia instituída pelo pensamento cartesiano.

Como indica Mignolo (2003, p. 2), o discurso hegemônico “(...) criou a ilusão de que o conhecimento é des-incorporado e des-localizado e que é necessário, em todas as regiões do planeta, ‘subir’ à epistemologia da Modernidade.” Além disso, “a história

universal é universal no enunciado, mas é local na enunciação (...), que está sempre localizada.” (p.4)

Essas considerações preliminares indicam que todo conhecimento é produzido localmente e, justamente por isso, não pode ser generalizado nem entendido como uma verdade absoluta. Um conhecimento adquire sentido no conjunto das visões de seu(s) autor(es), que participa(m) de uma realidade contextual e esta determina as construções intelectuais produzidas. Portanto, o que pode ser válido em um contexto histórico, político e cultural, ou dentro de um postulado teórico específico, em outras circunstâncias ou em outro contexto pode não ter validade e pertinência. Ademais, um conhecimento pode ser apropriado e suficiente para explicar a realidade em um determinado tempo/espaço histórico/social, mas, ele também pode mudar seus significados e seus usos de acordo com as intenções dos sujeitos que os produzem e das exigências de cada momento (ELIZALDE, GOMES, 2010).

Os conhecimentos supostamente universais estão comprometidos com determinados valores e interesses – explícitos ou ocultos – que não correspondem aos interesses e às necessidades específicas de todos os contextos locais do mundo. Por isso, é muito importante considerar não somente os conhecimentos sobre lazer que um determinado autor produz ou utiliza. Também é fundamental reconhecer de onde nascem estes conhecimentos e em quais teorias e autores eles estão fundamentados; conhecer e analisar os contextos em que foram produzidos, a que motivações correspondem, os valores que expressam, os fundamentos que os definem, as visões de mundo e as ideologias subjacentes, assim como os projetos políticos de sociedade com os quais estão comprometidos. Afinal, existe uma estreita relação entre os padrões de conhecimento mundiais e as estruturas econômicas e de poder hegemônicas.

Lazer e Geopolítica do Conhecimento: Uma Análise

Os postulados salientados anteriormente estão presentes nos estudos sobre o lazer empreendidos por autores e autores de vários países do mundo. Esses fundamentos influenciam, por exemplo, os conhecimentos sobre a história do lazer tradicionalmente difundidos no Brasil. A palavra história foi aqui destacada no singular para que fique mais evidente o processo de naturalização dos determinismos – sociais, culturais, econômicos, geopolíticos e ideológicos, entre outros – que universalizam os conhecimentos sobre a constituição histórica do lazer nas sociedades ocidentais, moldando o nosso pensamento.

Neste caso, a geopolítica do conhecimento está bem demarcada: essa história segue um percurso linear que vai da Grécia à Europa quando se considera que o lazer existe desde a Antiguidade greco-romana (DE GRAZIA, 1966; CUENCA, 2000), ou é focalizada apenas na Europa quando se compreende que o lazer é um fenômeno moderno, oposto ao trabalho e característico da “civilização” urbano-industrial (DUMAZEDIER, 1979).

Já não é novidade dizer que essas duas possibilidades de entender a ocorrência histórica do lazer dividem a opinião dos estudiosos do tema, geram debates e seguem provocando controvérsias:

Entre os teóricos do lazer, do ponto de vista conceitual e interpretativo, a discussão sobre quando surgiu o lazer é ainda uma questão polêmica. O debate teórico travado entre os estudiosos sobre a origem histórica do fenômeno [...] é ainda um tanto controverso. Embora nem sempre seja discutido de maneira sistematizada, o surgimento do lazer quase sempre permeia as obras que abordam o tema lazer. (REIS, CAVICHIOLLI e STAREPRAVO, 2009, p.64)

Mesmo que seja possível identificar outras interpretações históricas sobre um possível surgimento do lazer, geralmente elas não conseguem ter ressonância nos estudos sobre a temática. Assim, as duas abordagens enfatizadas anteriormente são as mais conhecidas, difundidas e reproduzidas nas publicações a esse respeito, seja no Brasil ou em outros países ocidentais.

Outro aspecto que precisa ser ressaltado é que a maioria das publicações teoriza o lazer a partir das possíveis relações que este fenômeno estabelece com o trabalho. Curiosamente, enquanto a origem do trabalho na vida humana não é questionada e não suscita polêmicas, o mesmo não acontece com relação ao lazer, cuja “ocorrência histórica” segue instigando acalorados debates. Neste caso, como já destacado, a suposta história do lazer tem como ponto de partida duas opções: ou a Grécia antiga, ou a Europa moderna.

No entanto, ambas as perspectivas reforçam o mito de que o lazer deve ser concebido, indiscutivelmente, a partir das contraditórias relações que estabelece com o trabalho produtivo. Dessa maneira, as possibilidades de que o lazer seja compreendido a partir de outros parâmetros, e de forma situada, fica minimizada ou até mesmo excluída.

Com relação aos conhecimentos (re)produzidos sobre a suposta história universal do lazer, quando são tecidas considerações sobre este tema na fase clássica da Grécia geralmente a atenção se volta para os valores distintivos do ócio. Mas, muitas vezes, se olvida que estes mesmos valores foram constituídos em uma sociedade que concebia este fenômeno como uma possibilidade reservada a uma elite privilegiada cuja existência era garantida por uma legião de escravos. Tem-se, aqui, a visão “clássica” do lazer que, apesar de enfatizar aspectos interessantes como a reflexão e a meditação, negligencia que estes e outros aspectos não fazem sentido se não forem articulados com

a busca de sociedades democráticas e inclusivas, algo cada vez mais urgente não somente na região latino-americana, mas, em todo o mundo.

Independentemente da história do lazer ser enraizada na Antiguidade clássica greco-romana ou na Modernidade europeia urbano-industrial-capitalista, uma análise de ambas as práticas discursivas revela que o processo de produção de conhecimentos é uma construção ideológica e geopolítica que, neste caso, situa a Europa numa posição central e privilegiada. Tais constatações indicam que os conhecimentos (re)produzidos sobre a história do lazer a partir de uma perspectiva universalizante estão alicerçados em um pensamento eurocêntrico.

Eurocentrismo e Modernidade: Implicações para os Estudos do Lazer na América Latina

Desde o momento em que as principais potências europeias conseguiram estabelecer suas colônias na América, na África e na Ásia, o eurocentrismo foi construído como um discurso ideológico de justificação do colonialismo, do imperialismo e do racismo. Isso possibilitou aos países imperialistas não somente ocupar posições hegemônicas no âmbito mundial, mas, naturalizar as relações de hierarquia e de poder geradas por práticas colonialistas e racistas (SHOHAT, STAM, 2006).

Cabe elucidar que a crítica ao pensamento eurocêntrico não é endereçada à Europa ou aos europeus como indivíduos, e sim à relação histórica e socialmente opressiva entre a hegemonia europeia e seus “outros”, sejam eles internos ou externos. Afinal, em todo Norte geopolítico há um Sul, e vice-versa. Como o eurocentrismo é um discurso social e historicamente situado, os europeus também podem ser anti-

eurocêntricos, assim como os não europeus podem perpetuar o pensamento eurocêntrico.

Neste âmbito, são pertinentes as reflexões de Dussel (2000, p.7):

Na obra de Tzvetan Todorov, *Nós e os outros* (1989), o “nós” corresponde aos europeus, e os “outros” somos nós, os povos do mundo periférico. A Modernidade definiu-se como “emancipação” no que diz respeito ao “nós”, mas não percebeu seu caráter mítico-sacrificial com relação aos “outros”. Montaigne (1967, p.208) de algum modo percebeu-o quando afirmou: “Assim, podemos chamá-los bárbaros com relação às nossas regras da razão, mas não com relação a nós mesmos, que os superamos em todo gênero de barbárie”.

De acordo com Dussel (2000), a lucidez de Montaigne foi enunciada na obra *Los caníbales*, publicada originalmente em 1580, ou seja, em uma época em que a colonização latino-americana estava em ascensão. No seio deste processo a cultura européia, tida como “civilizada e evoluída”, era realçada a partir de nítidos contrastes estabelecidos com as culturas ameríndias e africanas. Estas eram taxadas de “bárbaras e selvagens”, portanto, eram inferiores “por natureza.” (GOMES, 2010)

Mesmo após o término oficial do colonialismo, o eurocentrismo é uma forma de pensar que continua permeando e estruturando as práticas e representações contemporâneas. Ele situa-se no centro de nossas vidas cotidianas e na maioria das vezes sequer conseguimos perceber a sua presença, que engendra um sentimento fictício de superioridade ontológica das culturas e dos povos europeus. Por isso, como pontuam Shohat e Stam (2006), o pensamento eurocêntrico constitui a visão “normal” da história que a maioria das pessoas aprende e assimila através da família, da escola, da religião, da política, da mídia, etc.

Lamentavelmente, processo semelhante ocorre com os conhecimentos produzidos e reproduzidos sobre o lazer. Os mecanismos de poder que silenciam, invisibilizam e subalternizam os estudos e as vivências de lazer próprios da América

Latina, assim como da África e da Ásia, são os mesmos que conferem um destaque e um estatuto de superioridade aos conhecimentos europeus e às práticas vividas na Europa e em outras territorialidades do Norte global.

Não se trata de assumir uma posição que coloque os latino-americanos, os africanos e os asiáticos numa posição de vítimas, mas, de entender o seguinte:

O eurocentrismo bifurca o mundo em “Ocidente e o resto” e organiza a linguagem do dia-a-dia em hierarquias binárias que implicitamente favorecem a Europa: *nossas* nações, as tribos *deles*; *nossas* religiões, as superstições *deles*; *nossa* cultura, o folclore *deles*; *nossa* arte, o artesanato *deles*; *nossas* manifestações, os tumultos *deles*; *nossa* defesa, o terrorismo *deles*. (SHOHAT, STAM, 2006, p.20-21)

Ao tomarmos consciência dos efeitos intelectualmente debilitantes do legado eurocêntrico começamos a compreender as representações contemporâneas que são difundidas tanto pelos meios de comunicação, quanto por nossos estudos, assim como passamos a entender a constituição das próprias subjetividades. Parte-se do pressuposto de que o melhor do que foi pensado e escrito foi (e é) produzido pelos europeus, o que inclui também os “neo-europeus” de outras partes do Norte geo-econômico-político mundial (SHOHAT, STAM, 2006).

Isso também é representativo quando pensamos nos estudos do lazer, pois, frequentemente, os latino-americanos ocupam a posição de receptores/consumidores dos conhecimentos produzidos em outras partes do mundo, principalmente nos países europeus e nos Estados Unidos, difundindo-as como se as teorias e os conceitos adotados fossem universais. Portanto, é pertinente reiterar: Acreditar na universalidade dos acontecimentos é desconhecer que o processo de produção de conhecimentos é uma construção político-ideológica mobilizada a partir de determinados interesses.

Reportando-nos novamente ao exemplo salientado neste tópico, observamos que a suposta história universal do lazer (seja ela originada na Antiguidade greco-romana ou

na Europa urbano-industrial capitalista) foi construída a partir das contraditórias relações que aquele fenômeno estabeleceu, ao longo do tempo, com o trabalho produtivo – com destaque para as novas prerrogativas instauradas, nos centros urbanos da Modernidade, a partir da Revolução Industrial.

Nesse sentido, torna-se relevante problematizar: Em que consiste a Modernidade, e como foi possível deflagrar, na Inglaterra, uma “Revolução Industrial”?

As bases históricas da Modernidade são, geralmente, localizadas na Europa em decorrência de três movimentos principais: a Reforma protestante, a Ilustração francesa e a Revolução Industrial inglesa que alcançou, rapidamente, os principais centros urbanos europeus capitalistas. Porém, como elucida Dussel (2000), esta visão estabelece e reconhece apenas fenômenos intra-europeus como definidores histórico-sociais da Modernidade. Nessa perspectiva, considera-se que o desenvolvimento posterior do paradigma da Modernidade necessita somente da Europa para explicar o processo. Tal visão está ancorada no pensamento eurocêntrico e é amplamente adotada tanto na vida cotidiana como no meio acadêmico, sendo difundida por diversos autores – influenciando, inclusive, muitos estudos sobre o lazer publicados no Brasil e em outros países latino-americanos.

No entanto, muitos desconhecem que, até o século XV, a Europa Latina era uma cultura periférica, secundária, isolada e sitiada pelo mundo muçulmano. Incessantemente os países europeus procuravam impor-se no Mediterrâneo Oriental, mas, não conseguiam lograr êxito. As cruzadas representaram mais uma tentativa neste sentido, mas também acabaram fracassando. Até este momento a “Europa” – designação que só passou a ser utilizada com um sentido continental, encarregado de expressar a unidade de diversos países, por volta do século XVIII – nunca havia sido

centro da história, nem mesmo com o famoso Império Romano, como explica Dussel (2000).

Este autor sublinha que o pensamento de que o Ocidente é o resultado da sequência helenístico+romano+cristão, apesar de estar tão difundido e naturalizado entre nós, é uma equação falsa, uma invenção ideológica que rapta a cultura grega como exclusivamente “européia” e “ocidental”. Trata-se de uma estratégia para reforçar o mito de que, desde a época grega e a romana, tais culturas foram o “centro” da história mundial, o que é uma falácia. Isso somente foi possível quando a Europa moderna, pela primeira vez na história, constitui outras culturas como sua “periferia” (DUSSEL, 2000). Até então não havia uma “história mundial”, mas, histórias isoladas e justapostas: a romana, a persa, a dos reinos hindus, a chinesa, a inca, etc. (MIGNOLO, 2000).

Assim, a Modernidade subsumida de um horizonte mundial tem como importante marco a “descoberta” da América e o desenvolvimento do mercantilismo capitalista, permitindo aos países colonizadores da Europa um extraordinário acúmulo de riqueza monetária. Esses elementos propiciaram as condições históricas e sociais fundamentais para a constituição da Era Moderna concebida de um ponto de vista mais ampliado, facilitando a ocorrência do fenômeno mundialmente conhecido como Revolução Industrial.

Sobre este tema, Galeano (2009) explica que o valor do capital investido em todas as indústrias das cidades européias até o ano 1800 foi muito pequeno em relação à gigantesca massa de capitais gerada desde as primeiras etapas de exploração da América Latina: através das grandes quantidades de ouro, prata, pedras e metais preciosos extraídos das novas colônias latino-americanas, da abundante mão de obra servil e do

lucro gerado com o tráfico de africanos escravizados, sem contar os diversos recursos naturais disponíveis, na região, como fonte de riqueza para as metrópoles europeias.

A América ingressou dentro do capitalismo comercial de uma forma muito ágil, contribuindo para dar a este ciclo um vigor colossal, o que foi imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo industrial europeu (BAGÚ, 1993). Essas condições geraram um ambiente favorável para vários países colonialistas e imperialistas, o que financiou o estabelecimento de fábricas, sobretudo na Inglaterra, dando um impulso decisivo à Revolução Industrial.

Com estes dados, é possível verificar que as colônias americanas foram descobertas, conquistadas e colonizadas dentro do processo de expansão do capital comercial europeu, sendo elas imprescindíveis para a constituição da Modernidade, entendida como um novo momento histórico, social, cultural, econômico e político que envolveu e subjogou distintos sujeitos, culturas e regiões do mundo (GOMES, 2010).

Por isso, é importante recordar as palavras de Mignolo (2000, p.6): “O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias (...).”

Nesse sentido, a forma tradicional e eurocêntrica de compreender a Modernidade precisa ser refutada. Trata-se de um paradigma que, ademais de ser centrado na Europa, exclui a decisiva participação de outras realidades num jogo de poder e de saber que abarca, de maneira desigual, vários componentes locais e globais, entre os quais os povos e culturas dos outros continentes, como América Latina, África, Oceania e Ásia (GOMES, 2010).

Correspondendo à concepção de Modernidade como um feito exclusivo da Europa, vista como o centro do mundo, encontra-se também a ideia de que o lazer é um fenômeno moderno, concepção amplamente difundida em muitos estudos brasileiros sobre esta temática. Entretanto, esta interpretação focaliza apenas a Europa (notadamente, nos séculos XVIII-XIX), reforça um modelo de sociedade – urbano, industrial e capitalista – e silencia outros sujeitos, outras práticas e outros contextos próprios de outras territorialidades do mundo. Além disso, por tudo o que foi discutido neste artigo, indaga-se: Não seria esta interpretação parcial, limitada, insuficiente e eurocêntrica?

De todo modo, são persuasivos os argumentos utilizados para justificar que o lazer é um fenômeno moderno, gestado na Europa pós-Revolução Industrial como conquista da classe trabalhadora. Essa interpretação, muitas vezes, busca apoio no trabalho pioneiro de Lafargue (1999). Apesar de reconhecer o valor e a importância das lutas dos operários europeus, é importante refletir: No contexto europeu dos séculos XVIII-XIX, será que o que o proletariado reivindicava era o lazer? Por certo, a histórica luta pela redução da jornada de trabalho relaciona-se com a ampliação do tempo livre, mas, isso não é suficiente para afirmar que o que os operários europeus se mobilizaram para reivindicar, *necessariamente, o lazer*. As lutas do operariado europeu, oprimido pelo sistema capitalista, foram empreendidas por melhores condições de trabalho, para que pudessem ter uma existência mais digna. Se o lazer, de fato, integrou a pauta de reivindicações desses trabalhadores, foi de forma indireta e secundária.

Esta afirmação pode ser corroborada na própria obra de Lafargue (1999), pois, este autor não discute o lazer, mas, as mazelas do modo de produção capitalista e a alarmante situação de miséria gerada por este sistema social injusto e excludente. O

valor de seu escrito advém justamente deste aspecto. Embora em algumas poucas passagens o autor saliente as festas, dramatizações e outras práticas culturais lúdicas, o sugestivo título *O direito à preguiça*, bem como o conteúdo dessa obra, representam uma provocação à produtividade requerida pelo capitalismo quando se proclama, como direito, um “pecado capital” de natureza ociosa. Toda a reflexão elaborada por Paul Lafargue é encaminhada nesta direção, de modo que a defesa do lazer dos operários não constitui o mote central do texto, como equivocadamente é indicado, por exemplo, por Dumazedier (1979), para quem o lazer é um fenômeno moderno e oposto ao trabalho.

Vale lembrar que os conhecimentos sobre o lazer que foram produzidos por Dumazedier (1979) – um autor que influenciou e influencia consideravelmente os estudos brasileiros sobre este tema – continuam sendo intensamente reproduzidos como se fossem universais. Muitas vezes, desconsidera-se que as teorias deste sociólogo francês foram elaboradas a partir de uma enquete por ele realizada em Annecy, uma pequena cidade situada no interior da França que, na época em que o estudo foi realizado (década de 1950), contava com uma população de apenas 40 mil habitantes. A maioria dos operários que participou dessa pesquisa trabalhava nas fábricas instaladas naquela cidade industrializada, pois, Dumazedier focalizava os contextos em que a “civilização” urbano-industrial, notadamente capitalista, prevalecia.

Hoje, passado mais de meio século da enquete realizada pelo autor, acentua-se claramente a divisão internacional do trabalho e, nela, o setor industrial concentra-se nos países do hemisfério Sul – onde existe mão de obra abundante e barata e onde, lamentavelmente, a degradação social e ambiental segue avançando a largos passos. Além disso, o setor de serviços, precário por excelência, cresce exponencialmente em todo o planeta. Sem contar o avanço das novas tecnologias da informação e da

comunicação, que expandem fronteiras e desafia as nossas tradicionais noções espaciais e temporais. Nos dias atuais, a produção de conhecimentos sobre o lazer não pode ficar alheia a estas novas configurações, que são muito diferentes do contexto estudado por Dumazedier.

Ao focalizar a sociedade industrial, será que a produção teórica de Dumazedier é pertinente para problematizarmos e compreendermos o lazer no contexto dessa nova e dinâmica realidade que marcou decisivamente o despontar do século XXI? Será que ela é capaz de tratar o lazer de uma maneira menos fragmentada e mais integrada às peculiaridades da vida social? Será que a obra deste autor vislumbra alguma possibilidade para o lazer que não se restrinja ao modelo de sociedade urbano-industrial capitalista? Será que ela contempla perspectivas não situadas no Norte geopolítico? Seguramente não. O que foi uma produção local tornou-se universal e, por isso, infelizmente segue sendo vista como aplicável em qualquer contexto, pois, os conceitos e teorias desenvolvidos por Dumazedier e por tantos outros autores que endossam perspectivas eurocêntricas ainda continuam sendo difundidos em escala global e influenciando os estudos do lazer no Brasil.¹

Por certo, muitos conhecimentos produzidos por autores de distintos países podem ser úteis e necessários para ajudar-nos a refletir sobre o lazer em nossos contextos. Mas os conhecimentos não devem ser tratados como universais, tampouco devem ser assumidos e incorporados de forma descontextualizada e sem um posicionamento crítico, evitando assim a perpetuação de redes invisíveis de dominação

¹ Isso também tem validade quando se pensa que muitos estudos se apoiam em produções locais, mas, esta contextualização acaba sendo parcial e apenas aparente quando os saberes difundidos por essas produções “locais” também se fundamentam em teorias sistematizadas em outras realidades, notadamente no Norte geopolítico, o que garante a permanência do círculo vicioso.

que geram a colonialidade do poder e a colonialidade do saber, dois dispositivos situados em uma mesma “matriz genética” (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p.6).

Considerando a importância de enfrentar estes e outros desafios para os estudiosos do tema, a tese que defendo e acredito é que o lazer – histórica, cultural e socialmente situado, problematizador, crítico, sinérgico e transformacional – pode ser uma significativa ferramenta para mobilizar experiências interculturais e educativas contra-hegemônicas, contribuindo assim com a aprendizagem para a transformação social e cultural (ELIZALDE, 2010).

Para isso, é fundamental desconstruir as ideias eurocêntricas que estão arraigadas em nossas experiências, em nossos estudos e em muitas de nossas pesquisas sobre o lazer, visando à busca de alternativas para enfrentar a ordem social injusta e excludente que predomina na América Latina. Por isso, cada vez mais nossos estudos sobre o lazer precisam considerar a busca de alternativas para enfrentar situações complexas como as desigualdades sociais, os conflitos armados, a marginalização, a destituição dos direitos sociais, a precarização do trabalho e as distintas formas de violência que marcam profundamente toda a região latino-americana, entre muitas outras. Afinal, existe uma estreita relação entre os padrões de conhecimento mundial e as estruturas econômicas e de poder hegemônicas.

Como modesta contribuição a este repensar, a seguir serão esboçados alguns elementos com a finalidade de instigar outros olhares para se compreender o lazer em nosso contexto.

O lazer como necessidade humana e dimensão da cultura

O lazer pode ser compreendido como uma necessidade humana? O que é uma necessidade? É o indicativo de uma carência, de algo que falta?

Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986) esclarecem que as necessidades não se limitam à mera subsistência e expressam uma tensão constante, própria dos seres humanos, entre carência e potência. Conceber as necessidades tão somente como carência implica restringir seu espectro ao fisiológico, âmbito em que uma necessidade assume com maior força e clareza a sensação de “falta de algo”. No entanto, na medida em que as necessidades comprometem, motivam e mobilizam as pessoas, são também potencialidades.

De acordo com os autores, as necessidades são finitas e podem ser entendidas segundo *categorias existenciais* (ser, ter, fazer, estar) e *categorias axiológicas* (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, *lazer*, criação, identidade e liberdade).

O que varia de uma cultura para outra e de acordo com o contexto histórico são as formas de satisfazer as necessidades humanas. Em outras palavras, o que está culturalmente determinado não são as necessidades humanas fundamentais, mas, os modos como elas são satisfeitas. Toda necessidade humana não satisfeita adequadamente gera uma pobreza, que, por sua vez, produz patologias. Ademais, como a pobreza não se limita ao campo material, é importante tratar de pobreza, no plural. Tem-se, assim, a pobreza de afeto, de entendimento, de liberdade, de lazer, etc. (MAX-NEEF, ELIZALDE, HOPENHAYN, 1986).

Considerando esses referenciais, precisamos indagar: Em que consiste a necessidade de lazer?

O lazer representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas culturais constituídas, socialmente, em cada contexto. Essa necessidade pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e

instituições em cada contexto histórico, social e cultural. Por isso, o lazer precisa ser tratado como um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado.

Como destacam Gomes e Faria (2005), o lazer integra o campo das práticas humanas e pode ser visto como um emaranhado de sentidos e significados dialeticamente partilhados nas construções subjetivas e objetivas dos sujeitos, em diferentes contextos de práticas culturais, sociais e educativas. O lazer participa da complexa trama histórico-social que caracteriza a vida em sociedade e representa um dos fios tecidos, culturalmente, na rede humana de significados, símbolos e significações.²

Concebido enquanto uma produção cultural humana, o lazer constitui relações dialógicas com a educação, com o trabalho, a política, a economia, a linguagem, a saúde, a ciência e a natureza, entre outras dimensões da vida, sendo parte integrante e constitutiva de cada sociedade.

Nesse sentido, o lazer é permeado de conflitos, tensões, contradições e complexidades, possibilitando a coexistência de lógicas distintas. Sua trama cultural evidencia que é tempo/espço de manifestação do tradicional e da novidade, de conformismo e de resistência. Sua ambiguidade indica que ora é mera reprodução da ordem social, ora produtor do novo (GOMES, FARIA, 2005).

Em face dessas considerações, o lazer pode ser compreendido como uma necessidade humana e como dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espço social (GOMES, 2008, 2010). Deste ponto de

² Cultura é uma palavra polissêmica e, por isso, é compreendida a partir de diferentes perspectivas, especialmente nos últimos anos. Muitas são as abordagens e as correntes teóricas que desenvolvem fundamentos sobre a temática, mas, neste texto a cultura é entendida como produção humana e como dimensão simbólica na qual o significado é central (GEERTZ, 2001, SAHLINS, 2003, HALL *et al*, 2003).

vista, o lazer constitui-se na articulação de três elementos fundamentais: a *ludicidade*, as *manifestações culturais* e o *tempo/espço social*.

A palavra “ludicidade”, no sentido comum, é associada à infância e tratada como sinônimo de determinadas manifestações da cultura, principalmente de jogo. Essa interpretação pode ser ampliada a partir da compreensão de ludicidade como linguagem humana, pois, as práticas culturais não são lúdicas por si mesmas: elas são construídas na interação do sujeito com a experiência vivida. A ludicidade se refere à capacidade do *homo ludens* – em sua essência cultural brincante – de elaborar, aprender e expressar significados. Segundo Debortoli (2002) a linguagem vai além da fala: trata-se de expressão, da capacidade de tornar-se narrador. Neste sentido, a ludicidade é uma possibilidade de expressão do sujeito criador, que se torna capaz de dar significado à sua existência, ressignificar e transformar o mundo.

Neste processo de enunciação e atividade constitutiva³, a ludicidade é construída culturalmente e cerceada por vários fatores, tais como normas políticas e sociais, princípios morais, regras educacionais, condições concretas de existência. Reflete, assim, as tradições, os valores, os costumes e as contradições presentes em cada sociedade. Enquanto narrativa, pode se manifestar de diversas formas (gestual, verbal, impressa, visual, artística, etc.) e ocorrer em todos os momentos da vida. Desse modo, a ludicidade estimula os sentidos, exercita o simbólico e exalta as emoções, mesclando alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, regozijo e frustração, liberdade e concessão, entrega, renúncia e deleite.

³ Bakhtin (1979) compreende a linguagem enquanto *enunciação* e *atividade constitutiva*. Enunciação é o produto da interação entre indivíduos socialmente organizados, isto é, entre locutor/interlocutor, supondo o diálogo como um de seus elementos principais. A linguagem relaciona-se com uma tomada de posição a respeito do que é dito e compreendido, de maneira que o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. Por isso, a linguagem é também uma atividade constitutiva.

Esses aspectos acabam perpassando as experiências de lazer vividas pelos sujeitos ao longo de suas vidas. Por isso, a ludicidade pressupõe a valorização estética e a apropriação expressiva do processo vivido, e não apenas do produto alcançado. Mesmo quando não se obtém o resultado almejado (por exemplo, torcer ou integrar uma equipe que não sai vitoriosa de uma partida), a ideia prevalecente é de que a experiência valeu a pena, sendo mantido o desejo de repeti-la, de conquistar novos desafios e de ampliar as oportunidades para o lazer (GOMES, 2004).

Nossas realidades evidenciam que as manifestações culturais que constituem o lazer são práticas sociais vivenciadas como desfrute e como fruição da cultura, que cada vez mais se constrói nas interações entre o local e o global. Podem ser ressaltadas, por exemplo, a festa, o jogo, a brincadeira, o passeio, a viagem, as diversas práticas corporais, a dança, o espetáculo, o teatro, a música, o cinema, a pintura, o desenho, a escultura, o artesanato, a literatura e a poesia, a virtualidade e as diversões eletrônicas, entre incontáveis possibilidades. Essas e outras manifestações detêm significados singulares os sujeitos que as vivenciam ludicamente no tempo/espaço social.

O lazer compreende, ainda, práticas culturais mais voltadas para as possibilidades introspectivas – tais como a meditação, a contemplação e o relaxamento –, pois elas podem constituir notáveis experiências de lazer devido ao seu interessante potencial reflexivo. Certamente, muitas possibilidades como essas são alvo de preconceitos porque elas afrontam a lógica produtivista que impera em nossa realidade desde o advento do paradigma da Modernidade, quando elas passaram a ser classificadas como improdutivas e como uma perda de tempo (GOMES, 2010).

As manifestações culturais vivenciadas ludicamente são, assim, práticas que integram as culturas locais/globais e podem assumir múltiplos significados: ao serem

concretizadas em um determinado tempo/espço social, ao dialogarem com um determinado contexto e, também, ao assumirem um papel peculiar para os sujeitos, para os grupos sociais, para as instituições e para a sociedade que as vivenciam histórica, social e culturalmente.

Essas reflexões salientam a relevância de problematizar as representações abstratas das categorias tempo e espaço que são constitutivas do pensamento eurocêntrico. Santos (1980) assinala que não é possível definir os acontecimentos históricos e espaciais “fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem” (p.206). O autor conclui que o espaço social não pode ser explicado sem o tempo social, e vice-versa, pois essas dimensões são inseparáveis.

Tal perspectiva indica a parcialidade presente nas compreensões de lazer que negligenciam a questão da territorialidade e enfatizam o aspecto *tempo*, focalizando principalmente o tempo residual do trabalho produtivo ou escolar. Indica, ainda, a parcialidade das compreensões de lazer que o limitam ao tempo da “não obrigatoriedade”, como se a vida fosse feita de momentos e de situações estanques. Os diferentes campos que compõem a nossa vida social possuem tênues fronteiras, como destaca Morin (2000). Dessa forma, não existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre este e as demais esferas da nossa vida social (GOMES, 2004).

O tempo/espço social é produzido, portanto, como condição de possibilidade das relações sociais e da natureza, através da qual a sociedade, ao mesmo tempo em que produz a si mesma, transforma a natureza e dela se apropria (LEFEBVRE, 2008), ou melhor, com ela interage. Assim sendo, o tempo/espço é um produto das relações

sociais e da natureza e constitui-se por aspectos objetivos, subjetivos, simbólicos, concretos e materiais, evidenciando conflitos, contradições e relações de poder.

É assim que o lazer, por meio de diferentes experiências, pode contribuir com a re-elaboração de valores e caminhar em direção ao processo de re-construção de nossa sociedade. Enquanto necessidade humana e dimensão da cultura, o lazer é um fenômeno que pode aguçar as sensibilidades (sensibilidade que está relacionada ao plano sensorial, mas que deve ser também sensibilidade afetiva e não somente racional, artística, estética, ética, social, política, ecológica, etc.), estimular as pessoas a pensar sobre as sociedades para transformá-las e refletir sobre aspectos mais amplos.

Na opinião de Santos (2000), muitas práticas culturais podem constituir autênticas formas de lazer popular, representativas do povo *fazendo cultura* e, especialmente por isso, *fazendo política*. Assim, lazer também é política, podendo ser revolucionário ao constituir uma ferramenta mobilizadora de mudanças sociais, em especial quando se considera os graves problemas sociais que marcam o hemisfério Sul.

Fazer política nesta direção implica enfrentar as causas dos problemas que assolam nossa sociedade, e muitos deles estão relacionadas ao pensamento eurocêntrico, ao paradigma da Modernidade, à ideologia de progresso e às supostas dicotomias que limitam nossas concepções de ser humano e de mundo, entre outras limitações. As bases estruturantes desses problemas precisam ser não apenas compreendidas, mas, sobretudo, desconstruídas no diálogo e interação com os requerimentos do presente.

Considerações finais

Pelo que foi analisado neste artigo, considera-se que os estudos do lazer precisam, cada vez mais, integrar um contínuo processo de pensamento crítico, o que

demandará grandes esforços e tomada de posições. Pensar criticamente não significa continuar realizando uma constante atualização das teorias que reproduzem a lógica eurocêntrica (MIGNOLO, 2003). Deste modo, o pensamento crítico terá que se comprometer com a descolonização do saber e do poder.

Nessa linha de discussão, é urgente tomar consciência de que nossas ações como profissionais e como pesquisadores do lazer não são neutras: elas são sempre sociais e políticas, deixam marcas e têm variados efeitos e repercussões. Precisamos superar a condição de atuar, exclusivamente, como receptores do conhecimento produzido em outros contextos, muitas vezes reproduzindo a lógica capitalista de produção/consumo de conhecimentos, que também representa uma mercadoria muito lucrativa para algumas pessoas e instituições.

Precisamos compreender que tudo o que é considerado global em sua origem é local e foi universalizado por interesses sociais, econômicos e políticos geralmente alheios à importância de promover a transformação de sociedades tão injustas como as latino-americanas. Precisamos, assim, gerar conhecimentos pertinentes, contextualizados e críticos sobre o lazer, que sejam capazes de contribuir, de alguma maneira, com a busca de alternativas para as graves problemáticas vividas cotidianamente em toda a região, o que inclui manter um diálogo respeitoso com pessoas de diferentes partes do mundo.

Espera-se que as ideias desenvolvidas neste artigo, mais do que gerar posturas fechadas e restritivas, estimulem a possibilidade de abrir novas formas de entender a geração de conhecimentos sobre o lazer na América Latina, sabendo que o debate aberto e ético é a forma mais adequada de sistematizar saberes coerentes com nossos desafios e utopias comuns.

REFERÊNCIAS

- BAGÚ, S. **Economía de la sociedad colonial**. México: Grijalbo, 1993.
- BAKTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- CASTRO-GÓMEZ, S. “Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la ‘invención del otro’ ”. In: Lander, Edgardo (Org.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/castro.rtf> Acesso em: 10 ago. 2011.
- CUENCA, M. **El ocio humanista**. Dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. Bilbao: Universidad de Deusto/ADOZ, 2000.
- DE GRAZIA, S. **Tiempo, trabajo e ocio**. Madrid: Tecnos, 1966.
- DEBORTOLI, J.A.O. Linguagem: marca da presença humana no mundo. In: CARVALHO, A. *et al.* (Org.). **Desenvolvimento e aprendizagem**. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROEX-UFMG, 2002. p.73-76.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DUSSEL, E. “Europa, modernidad y eurocentrismo”. In: Lander, Edgardo (Org.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- ELIZALDE, R. “Resignificación del ocio: Aportes para un aprendizaje transformacional”. **Revista Polis**, Santiago, n. 26, ago. 2010. Disponível em: <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/25/art25.htm>. Acesso em: 05 abr. 2011.
- ELIZALDE, R.; GOMES, C. Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. **Revista Polis**, Santiago, n. 26, ago. 2010. Disponível em: <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/26/art01.htm>. Acesso em: 04 ago. 2011.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropología**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GOMES, C. Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. **Revista Polis**. Santiago, 26, ago. 2010. Disponível em: <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/26/art09.htm>. Acesso em: 04 ago. 2010.

GOMES, C.L. **Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, C.L. Lazer – Concepções. In: _____. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 133-141.

GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L. Lazer e diversidade cultural. Brasília: SESI/DN, 2005.

HALL, S. *et al.* (Org.). **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. Desarrollo a Escala Humana: Una opción para el futuro. **Revista Development Dialogue**, Santiago, Chile/Uppsala, Suecia: CEPAUR/Dag Hammarskjöld Foundation, 1986. Disponível em: http://www.dhf.uu.se/pdfiler/86_especial.pdf. Acesso em: 15 ago. 2010.

MIGNOLO, W. “La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad”. In: Lander, E. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas Latinoamericanas**, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/mignolo.rtf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

MIGNOLO, W. Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Entrevista concedida a C. Walsh. **Revista Polis**, n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.revistapolis.cl/4/walsh.htm>. Acesso em: 10 ago.2011.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

REIS, L.; CAVICHIOLLI, F. R.; STAREPRAVO, F. A. A ocorrência histórica do lazer: reflexões a partir da perspectiva configuracional. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 63-78, mai. 2009.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova – da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, M. Lazer popular e geração de empregos. In: Serviço Social do Comércio/World Leisure and Recreation Association. **Lazer numa sociedade globalizada/Leisure in a globalized society**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p.31-37.

SHOHAT, E., STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Endereço da Autora:

Christianne Luce Gomes
DEF/EEFFTO/UFMG
Av. Antonio Carlos 6627 – Campus UFMG, Pampulha.
Belo Horizonte – MG – 31270-901
Endereço Eletrônico: chrislucegomes@gmail.com